



Contrato-Programa de Patrocínio Desportivo

Entre:

Município de Mealhada, pessoa coletiva de direito público n.º 506792382, com sede no Largo do Município, 3054-001 Mealhada, representada neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal de Mealhada, Rui Manuel Leal Marqueiro, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em execução da deliberação da Câmara Municipal da Mealhada tomada na reunião de 02 de dezembro de 2019, em conformidade com o disposto na alínea b) do citado n.º e artigo, adiante designado abreviadamente como Município;

E

Centro Cultural de Cavaleiros, pessoa coletiva n.º 502500794, com sede na Rua da Fonte, 3050-100 Barcouço, representada neste ato pelo Presidente do Centro Cultural de Cavaleiros, Rui Filipe Ramos Pechorro, munido de necessário poder para o efeito, adiante designada abreviadamente como Entidade;

É celebrado o presente Contrato-Programa, de acordo com os artigos 46º e 47º da Lei n.º 5/2007 de 16 de janeiro – Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto – no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 273/2009 de 01 de outubro, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente contrato-programa de patrocínio desportivo tem por objeto o incentivo e a cooperação entre os outorgantes, no âmbito específico do apoio à organização do “4º TRAIL E CAMINHADA DOS ÍNDIOS”, a ter lugar no dia 16 de fevereiro de 2020.

Cláusula 2.ª

Obrigações do Município

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, mencionado na cláusula primeira, o Município compromete-se a prestar:

1. Apoio não financeiro no âmbito na divulgação/comunicação e cedência de instalações;
2. Apoio financeiro no valor de 1 000,00€ (mil euros) para fazer face aos custos de organização;
3. O presente contrato-programa será publicitado na íntegra na página eletrónica da Câmara Municipal.

Cláusula 3.ª

Afetação da Verba

1. A verba referente à comparticipação financeira estipulada na cláusula anterior e concedida no âmbito do presente contrato-programa de patrocínio desportivo, encontra-se exclusivamente afeta à finalidade para a qual foi atribuída, não podendo a Entidade utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral deste contrato por parte do Município;
2. A verba referida no número anterior só será paga após a receção e análise do relatório final pormenorizado mencionado no n.º 3 da cláusula seguinte.

Cláusula 4.ª

Obrigações da Entidade

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, mencionado na cláusula primeira, a Entidade compromete-se a:

1. Coordenar, planear a logística e eventual afetação de recursos humanos e técnicos para a execução integral e o apoio ao evento;
2. Prestar à entidade concedente da comparticipação financeira todas as informações por esta solicitadas acerca da execução do contrato-programa, nomeadamente, facultar elementos contabilísticos ou outros documentos;
3. Elaborar e apresentar um relatório pormenorizado com a explicação da execução do presente contrato-programa e com os resultados alcançados, que deverá ser entregue no prazo máximo de 30 dias seguidos a contar do final do evento desportivo;
4. Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio público atribuído;
5. Publicitar o evento desportivo objeto do presente contrato-programa, fazendo referência ao apoio do Município, designadamente através da inclusão do respetivo logótipo em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do evento, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;

Cláusula 5.ª

Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa

Compete ao Município fiscalizar a execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.

Cláusula 6.ª

Revisão do Contrato-Programa

O contrato-programa pode ser modificado, adaptado ou revisto nas condições que nele se encontrarem estabelecidas, desde que por livre acordo das partes e com proposta apresentada por escrito e devidamente fundamentada.

Cláusula 7.ª

Vigência do Contrato-Programa

Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, o período de vigência deste contrato decorre desde a data da sua assinatura, até que esteja concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto, estipulado na cláusula primeira.

Cláusula 8.ª

Rescisão do Contrato-Programa

O presente contrato-programa pode, a todo o tempo, ser rescindido unilateralmente pelo Município, caso a Entidade deixe de cumprir as obrigações que aqui assume.

Cláusula 9.ª

Contencioso do contrato

As omissões e os litígios decorrentes da execução do presente contrato regem-se pelo estipulado pelo Decreto-Lei n.º 273/2009 de 01 de outubro.

Cláusula 10.ª

Cabimento e compromisso

1. O encargo resultante da celebração do presente contrato-programa, correspondente à comparticipação referida na cláusula 2.ª, será satisfeito através da rubrica **0102/04070103** do Orçamento da Câmara Municipal para 2020.
2. Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 5º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, o presente contrato-programa encontra-se registado no sistema de contabilidade com o número sequencial **24540**.

O presente contrato é feito em duplicado e assinado pelos outorgantes.



Município de
Mealhada

CCC
Centro Cultural de Cavaleiros

Mealhada, 16 de dezembro de 2019

Município de Mealhada


(Rui Manuel Leal Marqueiro)

Centro Cultural de Cavaleiros


SALÃO CULTURAL RECREATIVO
E DESPORTIVO DE CAVALEIROS
(Rua Filipe Ramos Pedreira)
Cont. N.º 502 500 794